MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Gabinete do Procurador SÉRGIO RICARDO COSTA CARIBÉ

TC 003.388/2015-8

Tomada de Contas Especial

Ministério do Turismo (MTur)

Recurso de reconsideração

Excelentíssimo Senhor Ministro-Relator,

Trata-se de recurso de reconsideração interposto pelo Ministério Público junto ao TCU, representado pelo Procurador Júlio Marcelo de Oliveira, contra o Acórdão 4.155/2016-TCU-1ª Câmara (peça 28).

2. Por meio da deliberação recorrida, o TCU analisou o processo de tomada de contas especial (TCE) instaurado pelo Ministério do Turismo (MTur) relativo ao Convênio 1.151/2008 (Siafi 630.492), que julgou regulares com ressalvas as contas do Sr. Lourival Mendes de Oliveira Neto, presidente da Associação Sergipana de Blocos de Trio (ASBT) (peça 24). O ajuste tinha por objeto o apoio ao projeto intitulado “II Encontro Cultural de Santo Antônio”, realizado no Município de Aracaju-SE no dia 8/8/2008 (peça 1, p. 69).

3. A irregularidade que levou à citação da conveniente (ASBT) e de seu presidente foi a não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos, em decorrência da contratação indevida por inexigibilidade de licitação sem demonstração de inviabilidade de competição e da ausência de publicação no Diário Oficial da União do contrato firmado por inexigibilidade (peças 6 e 7).

4. Os argumentos apresentados no recurso do Ministério Público junto ao TCU (peça 28), assim como as contrarrazões dos responsáveis (peças 38 e 39) foram analisados pela Secretaria de Recursos deste Tribunal (Serur) (peças 42-44). Em pareceres uniformes, a Serur propõe conhecer do recurso para, no mérito, julgar irregulares as contas de Lourival Mendes de Oliveira Neto, condenando-o, em solidariedade com a ASBT, ao pagamento do valor total repassado e aplicando-lhe a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992.

5. De minha parte, peço vênias para divergir do encaminhamento proposto, pelos motivos que passo a expor.

6. O Convênio 1.151/2008 tinha por objeto a realização do “II Encontro Cultural de Santo Antônio”, tendo sido pactuado o valor total do convênio em R\$ 110 mil, sendo R\$ 100 mil em recursos federais. O montante foi transferido por ordem bancária de 20/8/2008. O plano de trabalho aprovado previa a utilização dos recursos para a contratação de sete artistas para a realização de shows no dia 8/8/2008: Chico Queiroga, Gladston Rosa, Pedro Madar, Jhonatas Freitas, Antônio Rogério, Tina Pep e Antônio Félix (peça 1, p. 12).

7. Quando do exame de mérito desta TCE, a Secex-SE propôs rejeitar as alegações de defesa e julgar as contas irregulares, sem imputação de débito, mas condenando os responsáveis ao pagamento de multa, em face das irregularidades na contratação por inexigibilidade e da impossibilidade de se afirmar que o valor pago à empresa contratada foi efetivamente utilizado na realização do objeto pactuado (peça 20, p. 9-10).

8. Na oportunidade, manifestei-me de acordo com a proposta da unidade instrutiva (peça 23). Destaquei que o órgão repassador dos recursos atestou a execução física do objeto, a partir de supervisão *in loco*, conforme se depreende do relatório que consta da peça 1, p. 93-99. Remaneceram, assim, as irregularidades relacionadas à contratação por inexigibilidade, diante da falta de documentação apta a comprovar a exclusividade da empresa contratada com os artistas e, por consequência, a inviabilidade de competição. Considerei que tais falhas

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Gabinete do Procurador SÉRGIO RICARDO COSTA CARIBÉ

seriam insuficientes para a imputação de débito, mas que ensejariam o julgamento pela irregularidade das contas e a aplicação da multa prevista no art. 58 da Lei 8.443/1992.

9. O Ministro-Relator Weder de Oliveira, no entanto, entendeu que, diante da ausência de questionamentos sobre a efetiva realização do evento ou de imputação de superfaturamento, as ocorrências subsistentes conduziam ao julgamento pela regularidade com ressalvas, tese que foi acolhida, conforme, Acórdão 4.155/2016-TCU-1ª Câmara (peças 24-25).

10. No recurso interposto, o Procurador Júlio Marcelo de Oliveira destaca a existência de fortes indícios de fraudes nos convênios do MTur para realização de eventos e argumenta que os comandos da lei de licitações não são mera formalidade. Em resumo, defende que a falta de recibos assinados pelos artistas impossibilita a formação do nexo causal entre os recursos repassados e a realização do objeto e que fraudes podem implicar dano ao erário mesmo nas hipóteses em que há cumprimento do objeto. Ao final, cita a existência de divergências na jurisprudência do TCU sobre o tema. Destaca, entre outros, o Acórdão 7471/2015-TCU-1ª Câmara, de relatoria do Ministro Benjamin Zymler, que, em situação análoga, afastou o débito e julgou as contas regulares com ressalvas, e o Acórdão 3.365/2016-1ª Câmara, de relatoria do Ministro Augusto Sherman, que, em outro processo relativo à ASBT com irregularidades semelhantes, julgou as contas irregulares e imputou débito.

11. A **Serur**, por sua vez, considerou não haver elementos suficientes para indicar a ocorrência de fraude no caso em análise. Apesar disso, ressaltou que a apresentação dos artistas não comprova o regular emprego dos recursos e concluiu pela a **impossibilidade de demonstrar o nexo causal** entre os recursos repassados e os documentos de despesa ante a falta dos contratos de exclusividade e da comprovação de que os pagamentos tenham sido recebidos pelos artistas ou seus representantes. Por esse motivo, propõe a irregularidade das contas e a condenação em débito dos responsáveis (peça 42, p. 9).

12. Para fundamentar sua proposta, cita, entre outros julgados, o Acórdão 1.435/2017-TCU-Plenário, por meio do qual o Tribunal se manifestou em processo de consulta formulada pelo Ministro de Estado do Turismo. Na oportunidade, esta Corte deliberou que a apresentação de autorização que confere exclusividade somente para o dia do evento ou sem registro em cartório não atende aos pressupostos do art. 25, inciso III, da Lei 8.666/1993, configurando impropriedade na execução do convênio. Entretanto, **tal situação, por si só, não enseja o julgamento pela irregularidade ou o débito**. A existência de dano dependeria da evidenciação de indícios de inexecução física ou da impossibilidade de comprovar o nexo de causalidade, *“ou seja, que os pagamentos tenham sido recebidos pelo artista ou por seu representante devidamente habilitado, seja detentor de contrato de exclusividade, portador de instrumento de procuração ou carta de exclusividade devidamente registrados em cartório.”*

13. No caso concreto em exame, diferentemente da posição defendida pela Serur, entendo que a documentação acostada aos autos, vista em seu conjunto, pode ser considerada apta a comprovar a regularidade da execução financeira. Constatam do presente processo o contrato firmado com Xocós – Associação Sergipana de Autores e Intérpretes Musicais Independentes, nota fiscal e recibo emitidos por essa entidade e cópia de cheque nominal à contratada (peça 1, p. 111, 115, 118-120). Os documentos são compatíveis entre si, com o objeto do convênio e com o extrato da conta vinculada.

14. De fato, não foram juntadas ao processo as cartas de exclusividade e os recibos dos cachês dos artistas, fragilizando em alguma medida a comprovação do nexo de causalidade. Um dos argumentos apresentados pelo Sr. Lourival foi de que os artistas compunham o quadro diretivo da Xocós, sendo, portanto, representados por ela (peça 1, p. 136-137). Não localizei, no entanto, documento que comprovasse tal alegação.

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Gabinete do Procurador SÉRGIO RICARDO COSTA CARIBÉ

15. Sem embargo, há alguns elementos que permitem associar pelo menos dois dos artistas à Xocós – Associação Sergipana de Autores e Intérpretes Musicais Independentes. O primeiro é o próprio contrato firmado pela ASBT e a Xocós, que foi assinado pelo Sr. **Antônio Rogério** dos Santos (peça 1, p. 115-117). O segundo é um material de publicidade dos artistas Chico Queiroga e Antônio Rogério, que foi juntado aos autos pelos responsáveis, ainda na fase interna da TCE, que também faz referência à Xocós (peça 1, p. 144).

16. Convém ressaltar, como fez a Serur, que não constam dos autos quaisquer elementos indicativos de fraudes ou superfaturamento no ajuste em tela. A esse respeito, destaco que o MTur, ainda quando do exame do plano de trabalho submetido pela ASBT, informou que os custos propostos eram condizentes com o mercado e citou, inclusive, que o proponente havia apresentado cartas de exclusividade (peça 1, p. 53-54), apesar de tais documentos não constarem deste processo.

17. Assim, diante da execução física do objeto, dos documentos apresentados a título de execução financeira, e da ausência de indícios de fraude e superfaturamento neste caso concreto, considero não caber a imputação de débito aos responsáveis. Não obstante, mantenho meu posicionamento anterior, de que as irregularidades na contratação por inexigibilidade, além de configurarem descumprimento de cláusula contratual (cláusula terceira, II, “bb”, peça 1, p. 73), constituem **prática de ato de gestão com infração à norma legal**, ensejando o julgamento pela irregularidade das contas com fundamento no art. 16, III, b da Lei 8.443/1992, bem como a aplicação da multa prevista no art. 58, I e II da mesma lei.

18. Diante do exposto, este membro do Ministério Público de Contas manifesta-se por conhecer dos recursos interpostos para, no mérito, dar-lhe provimento parcial, julgando irregulares as contas dos responsáveis e aplicando-lhes a multa prevista no art. 58 da Lei 8.443/1992.

(assinado eletronicamente)

Sérgio Ricardo Costa Caribé

Procurador